

RELATÓRIO DA OFICINA DE TRABALHO “VIGIAR E UNIR: DISCUTINDO A FORMAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS”

Grupo Temático de Vigilância Sanitária – GTVISA - ABRASCO

Apresentação e Marco Referencial

A formação de recursos humanos em vigilância sanitária é um tema caro para a maioria dos profissionais de saúde coletiva que atuam neste campo. Ao lado do financiamento, descentralização, planejamento, pesquisa e informação, a formação de recursos humanos para atuar em vigilância sanitária tem sido uma reivindicação de gestores ao longo dos anos de implementação do SUS.

As inúmeras experiências relatadas à respeito incluem aquelas em que os serviços figuram como “polo ativo”, demandando à academia a promoção de cursos, e outras, em que o movimento inicial localiza-se em instituições de ensino e pesquisa, que sensibilizam os serviços mediante oferta de várias modalidades de cursos, atendendo mais ou menos suas necessidades. A relevância do tema tem mobilizado pesquisadores e gestores na proposição e realização de seminários e oficinas de trabalho (OT) nos quais aspectos específicos relacionados à formação de recursos humanos em vigilância sanitária são apresentados e discutidos, gerando relatórios e propostas.

Estas discussões foram atualizadas na oficina de trabalho “*Vigiar e unir: discutindo a formação em vigilância sanitária na perspectiva da integração das vigilâncias*”, realizada no dia 7 de maio em Salvador/BA por ocasião do 8º Congresso da Rede Unida.

O assunto foi abordado num Termo de Referência (TR) que recuperou as discussões e conclusões alcançadas na OT “Formação de Recursos Humanos para a Vigilância Sanitária”, realizada em Salvador no ano de 2000.¹ A abrangência com que o tema foi apresentado e discutido naquela oportunidade é especialmente útil num momento em que, nove anos depois, o tema volta a chamar a atenção de profissionais de vigilância sanitária.

A realização da OT “Formação de Recursos Humanos para a Vigilância Sanitária” naquele ano refletiu o momento especialmente importante para a vigilância sanitária no SUS. A criação da ANVISA no ano anterior (1999) e o fomento dado à realização de experiências de formação e

¹ A OT foi realizada nos dias 28 e 29/08/2000 durante o VI Congresso da ABRASCO.

de capacitação de profissionais² forneciam o subsídio necessário à mobilização de técnicos e pesquisadores de vigilância sanitária envolvidos com a temática.

Seu relatório final trata do assunto em três eixos temáticos - desenvolvimento teórico-conceitual, formação de recursos humanos e articulação e visibilidade política da VISA – a partir dos quais são enunciadas dezessete propostas que retratam os movimentos à época necessários para a implementação e consolidação de uma política de formação de recursos humanos em vigilância sanitária.

Para facilitar a análise e atualização para o momento presente, optou-se por agrupá-los segundo o aspecto da formação que abordam. Desta forma, o primeiro grupo de propostas relaciona-se às *modalidades de cursos e aos insumos técnicos, conceituais e metodológicos necessários para sua adequada formulação e realização*.

O segundo agrupamento relaciona-se especificamente à *formação e de recursos humanos em nível de pós-graduação strictu sensu*. Um terceiro grupo de proposições não abordam especificamente a formação de recursos humanos, mas alguma *questões relacionadas à operacionalização e consolidação do SNVS*.

Situação atual

É possível afirmar que ao longo dos nove anos que separam a realização da oficina “Formação de Recursos Humanos para a Vigilância Sanitária” do momento atual houve tempo e inúmeras oportunidades para o aprofundamento desta e de outras tantas questões relacionadas à formação de recursos humanos em vigilância sanitária para o SUS. Entretanto, elas ocorreram de forma pulverizada e marcadas pelo distanciamento entre serviço e academia.

A ANVISA, como coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) deve ser a instância fomentadora dessa discussão. No entanto, suas iniciativas nesse âmbito tem se restringido quase exclusivamente à implementação de uma política de capacitação do seu quadro técnico, relegando os demais partícipes do SNVS – estados e municípios – a segundo plano. Isto tem agravado ainda mais a carência dos estados e municípios, que crescentemente passam a demandar cursos de capacitação técnica para atender a necessidades imediatas surgidas com a edição de normas técnicas e resoluções. Em meio ao “furor capacitatório”, perde-se o foco da necessidade real de se formar um profissional de saúde pública, que compreenda conceitos básicos como risco, território e complexidade, e não um mero executor de alguns instrumentos da política regulatória.

² SOUTO, A.C. Saúde e Política: a vigilância sanitária no Brasil 1976-1994. Sobravime, 2004. p.150.

São raras as iniciativas destinadas a formar recursos humanos para o SUS que consideram a vigilância sanitária. Recentemente a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde (SEGETS/MS) propôs uma política para formação para pessoal de nível médio para atuar na área de vigilância do SUS. Embora louvável, o histórico alheamento em relação às especificidades da vigilância sanitária determinou o afastamento dessa área.

No âmbito central do SUS, a ANVISA deve representar e pautar a vigilância sanitária nos espaços de formulação de políticas de formação de recursos humanos para o SUS. No entanto, a ANVISA não pode ser um entre solitário nessa atividade, mas levá-la a todos os espaços de formação existentes, incluindo as escolas técnicas do SUS.

Propostas

Nesse contexto, os esforços para a construção de uma política de formação de recursos humanos em vigilância sanitária devem considerar as seguintes recomendações:

1. As discussões sobre formação em vigilância sanitária devem estar articuladas as demais iniciativas de formação para as práticas das vigilâncias. Os objetos da Vigilância Sanitária devem estar relacionados às questões relativas à Vigilância em Saúde, daí a necessidade de manter articulação permanente com a Secretaria de Vigilância em Saúde.
2. Criar fóruns de discussão sobre formação do profissional de vigilância sanitária envolvendo os componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, dos estados e dos municípios, bem como seus órgãos de representação (CONASS e CONASEMS).
3. Reconhecer e envolver todas as instâncias relacionadas à formação de recursos humanos para o SUS nas discussões sobre a formação do profissional de vigilância sanitária.
4. Fazer gestões para que a ANVISA/CGTEC desenvolva um projeto de apoio às Escolas Técnicas do SUS. Sugere-se, como primeiro movimento, a realização de um seminário nacional para discussão e implementação de financiamento para processos de educação permanente de modo a obter o apoio dessa importante instância de formação na implementação dessa política, objeto da Portaria 3080/08.



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

5. Envolver o GT-VISA/ABRASCO com a necessidade de pautar o tema formação em vigilância sanitária nas câmaras técnicas do CONASS e CONASEMS, participar da consulta pública sobre a política de formação de nível médio para as vigilâncias, promovida pela Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde (SEGETS/MS). Manter articulação permanente com a Rede Unida para que o GT VISA/ABRASCO participe dos fóruns e demais instâncias de discussão sobre formação profissional para o SUS.